

**INTERFACE ONOMÁSTICA/LITERATURA:  
A TOPONÍMIA, O ESPAÇO E O RESGATE DE MEMÓRIA  
NA OBRA *MEMÓRIAS DA RUA DO OUVIDOR*,  
DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO**

*Patricia de Jesus Carvalhinhos (USP)*  
[pjcarvalhinhos@yahoo.com.br](mailto:pjcarvalhinhos@yahoo.com.br)

O topônimo é definido, por Greimas e Courtés (1983), como elemento de ancoragem histórica e configurador do efeito de realidade. Na verdade, o nome de lugar é uma representação individualizadora do espaço utilizada pelo homem (desde tempos imemoriais) a fim de identificar, particularizar e referencializar elementos espaciais. Mesmo no que conhecemos como Universo Real o topônimo não é o lugar em si, mas uma de suas representações carregando em sua estrutura sêmica elementos da língua, da cultura, da época de sua formação, enfim, do homem denominador.

Ora, se o nome de lugar sofre uma primeira filtragem no ato da denominação – a escolha de uma determinada lexia no eixo paradigmático da linguagem, elemento que refletirá na maior parte das vezes, em sua própria motivação lexical, a ideologia do grupo ou homem denominador – se há uma primeira filtragem, podemos afirmar que, no caso da literatura, essa filtragem é dupla e, ainda, que existe (na maioria das vezes) uma intencionalidade na denominação, seja na criação de um espaço fictício, seja na reprodução de um espaço considerado real, embora essa intencionalidade se faça mais patente quando da escolha dos nomes de pessoas em obras de natureza literária.

Este texto não tem como objetivo estudar o autor ou a obra em seu mérito literário. *Memórias da Rua do Ouvidor* foi escolhida por guardar uma relação muito estreita com a história da formação toponímica do centro velho do Rio de Janeiro – não apenas a Rua do Ouvidor, mas também o Largo da Carioca, a Rua da Quitanda, as primeiras igrejas, o alargamento do traçado, a substituição dos designativos e a fixação dos nomes propriamente ditos. Apesar de ser semi-ficcional, esta obra é uma verdadeira crônica histórica preciosa não apenas pelo prazer da leitura mas por possibilitar um resgate

## LEITURA E ORALIDADE

memorialístico em algumas instâncias temporais: a primeira, no tempo do narrador (final do século XIX); a segunda, em relação ao próprio traçado atual do Rio de Janeiro, uma vez que nesse lapso de tempo já houve transformações; traz, ainda, o tempo de formação do Rio, anterior ao tempo do autor e ao tempo atual. É neste ponto que se fará uma relação entre a descrição literária, utilizando a toponímia como elemento de configuração de um espaço ficcional, e o universo real de discurso – a memória ficcional que se confronta, hoje, com a memória real.

Por este motivo, é necessário que fique clara minha intenção didática: é comum, em minha prática de sala de aula<sup>14</sup>, que os alunos inquiram sobre a possibilidade da análise do nome dentro de uma obra literária, e frequentemente recebo análises da toponímia ou antroponímia do mundo ficcional. Trata-se, portanto, de se traçar alguns parâmetros e reflexões a fim de subsidiar outras tantas análises onomásticas dentro de obras ficcionais ou, pelo menos, as de cunho narrativo.

Aliás, *Memórias da Rua do Ouvidor* é ficção que resvala para o historicismo<sup>15</sup>, uma vez que Joaquim Manuel de Macedo lança mão de datas, personagens históricas, mudanças toponímicas e outros dados que constam da história colonial do Rio de Janeiro. É como se houvesse um espaço real dentro de um espaço ficcional, e o encanto destas *Memórias* está, justamente, no entrelaçamento que confere ao texto ares de narrativa histórica<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> A disciplina Toponímia Geral e do Brasil, ministrada por mim na FFLCH-USP, conta sempre com um contingente diversificado de alunos (cursos de Letras, História, Geografia, Ciências Sociais). É comum a preferência, como tema monográfico, da análise toponímica em obras literárias, o que justifica meu interesse em discorrer sobre o tema.

<sup>15</sup> Folhetim ou crônica, o gênero literário não influi diretamente nesta proposta de trabalho.

<sup>16</sup> Originalmente, as *Memórias da Rua do Ouvidor*, assim como *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, foram publicadas pelo autor em periódicos: o segundo folhetim, mais antigo, publicado aos poucos no *Jornal do Commercio* durante o ano de 1861, e depois em livro em 1862-1863; o primeiro, também publicado como folhetim no mesmo jornal em 1877. Segundo Sales (*Communicare*, Revista do Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Faculdade Casper Líbero, 2008) é comum, no fim do século XIX, encontrar escritores trabalhando como jornalistas: “Este fenômeno vai se aprofundar a partir do realismo-naturalismo, o que atestará interessante fato, configurado no bojo de tantas alterações. Primeiro, algumas características desta escola: a apresentação de uma suposta verdade, material, alicerçada em fatos; o uso de retratos de per-

Como já foi dito anteriormente, aqui não interessa o aspecto literário que evidentemente poderá ser um desdobramento desta reflexão, pois, como já propusemos em outra oportunidade (Cf. Carvalhinhos, 2002, p. 115-135.), as disciplinas onomásticas oferecem subsídios para análises literárias. A reflexão que aqui se propõe, pois, não é exaustiva, em termos de *corpus*; pelo contrário, é demonstrativa. A apresentação seguirá um roteiro simples, propondo alguns conceitos importantes para a compreensão da argumentação e, em seguida, procedendo ao resgate toponímico e memorialístico pela e em estas *Memórias* de Joaquim Manuel de Macedo.

### A QUESTÃO DO ESPAÇO NA NARRATIVA.

Primeiramente, já seria difícil definir o que é espaço (real ou ficcional) dada a multiplicidade de definições propostas pela geografia, pela literatura e tantas outras disciplinas. Neste caso, entende-se por *espaço* o espaço na própria narrativa: além de ser o cenário onde se desenrola a ação é também o recurso utilizado pelo autor para criar, na mente do leitor, uma representação do espaço real ali projetado (que, na verdade, também é uma representação interpretada e recordada pelo homem de acordo com suas concepções e visão de mundo). Suzuki (2006, p. 57) propõe uma diferenciação entre espaço e cenário:

O espaço, entendido como espaço social, materializa a ação humana; incorpora a sociedade, conforme há muito salienta Henri Lefebvre (1972 e 1975). Não corresponde à noção de espaço físico. Assim, não se aproxima da noção de cenário, cuja matriz é a de elementos exteriores às personagens, conforme salientou Massaud Moisés. É o que se pode verificar no uso da noção pelo Teatro. O cenário é o que está para além das personagens. Não se confunde com elas.

A noção de espaço, porém, incorpora a possibilidade de materialização da ação humana, mas não se confunde com o homem ou com a sociedade. (...)

---

sonagens concretos, com personalidades bem definidas; a precisão e objetividade científicas; a imagem da vida contemporânea, sempre em estado de observação, com todas as suas questões; o amor à forma, a utilização de detalhes narrativos, a exatidão da descrição, a linguagem econômica, próxima da realidade e da simplicidade" (2008, n. 6.1., p. 80). O que se observa como decorrência da publicação em folhetim é a reiterada repetição, ao longo da obra, de denominações já citadas anteriormente (por exemplo, Rua Gonçalves Dias, sempre mencionada como *antiga*, *ex* ou *anterior Rua da Vala*).

## LEITURA E ORALIDADE

A diferença entre cenário e espaço é tão importante quanto a que se estabelece entre espaço e os outros termos com referência espacial: ambiente, paisagem e lugar. (Suzuki, 2006, p. 54-67)

A Rua do Ouvidor é, pois, o cenário onde a ação toda se desenrola, remetendo-nos à rua real (1954, p. 17): [(...) *a mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro* (...)]. Também pode ser considerada uma personagem tomada analogicamente com caracteres femininos<sup>17</sup> pelo autor desde o início da narrativa, definida como “*fidalgua nova*” “*vaidosa*”, [tem] “*brilhantes, ouro, sedas, flores, bonecas e teteias, perfumarias*” (p. 192); “*louçã, namoradeira e galante*” (p. 19). Nesse processo de associação e representação de uma sociedade carioca em período de transição (entre império e república), o autor também se vale de sua crônica para efetuar um libelo contra atitudes governamentais. Logo no início do texto uma ironia contra o governo acaba por ser, na realidade, uma manifestação atualíssima sobre as mudanças toponímicas nas cidades, mudanças que muitas vezes desrespeitam o cidadão por estarem alijadas da espontaneidade de sua formação e por servirem como moeda de troca em transações políticas. O nome perde, por assim dizer, sua função primordial de individualização e particularização ao naufragar em um mar de denominações massificadas, como é o caso dos antropotônimos (nomes de pessoas aplicados a topônimos), sobretudo em cidades grandes como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte etc.:

(...) se desama tanto o seu anexo, deveria ter há mais tempo requerido à ilustríssima câmara que lhe desse nome especial, tornando-o rua independente: eu creio que seria fácil obter providência tão transcendente; porque não tenho notícia de bispo que crismasse tantos católicos, como a

---

<sup>17</sup> Segundo Haddad, em prefácio à edição de 1954, o gênero da obra pode ser definido como “crônica folhetinesca”, sendo o folhetim um gênero “muito mais feminino que masculino” (p. 9). Logo na sequência afirma: “*Em Macedo a Rua do Ouvidor é descrita como se fosse uma mulher. Garridamente. (...) Dentro dessa afeminação generalizada, compreende-se e justifica-se que Macedo, no que tange às influências francesas no Brasil, dê (...) muito mais importância aos valores femininos presentes nestes contatos de cultura que aos masculinos*”, pois, para o prefaciador, “*O que a Rua do Ouvidor operava era o fenômeno de contato de cultura, entre França e Brasil.*” (p. 10)

Além de prefaciador, Haddad é responsável pelas abundantes notas, nas quais insere explicações, abonações históricas e possível bibliografia consultada por Macedo.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

ilustríssima tem crismado ruas da cidade do Rio de Janeiro. A ilustríssima como que fundou direito à herança de ruas em favor de defuntos; morrendo algum cidadão ilustre e, portanto, seu parente em tratamento, dá logo cevada ao finado em crisma de rua.

Ainda nessa prática ao menos se manifesta – gratidão nacional –; mas além dos defuntos, não o tributo de cevada, doce amor porém aos vivos multiplica de tal modo a crisma das ruas, a *dá e muitos novos nomes tão desconhecidos, que tenho para mim que o primeiro e longo estudo dos novos vereadores será aprender as denominações das ruas, e inteirar-se dos pontos e dos bairros, onde elas se estendem ou se encurtam.* (grifo meu; Macedo, 1954, p. 193).

Apesar dos mais de cem anos decorridos, a observação do narrador é muito atual – veja-se, por exemplo, as polêmicas mudanças (ou tentativas) de nomes de ruas ocorridas nos últimos anos, como o exemplo paulistano da Avenida Água Espraiada, atual Avenida Jornalista Roberto Marinho, substituição que gerou protestos por parte da população; ou ainda a tentativa frustrada de transformar a Avenida Vieira Souto, em Ipanema (RJ), em Avenida Tom Jobim.

O nome de lugar é, como já se tem enfatizado em inúmeras outras oportunidades, o que Dick (1990) denominou “a sociologia do cotidiano”, no sentido que os topônimos registram, qual verdadeira crônica, elementos do entorno em que se encontram. Seja numa perspectiva de grande escala, seja em microtoponímia (dentro das cidades), o nome de lugar e também suas alterações revelam as transformações sofridas pelo espaço. Sobretudo na cidade, como já se expôs, a denominação surgida espontaneamente guarda traços urbanos que podem desaparecer com o decorrer do tempo, e somente a recuperação do nome propicia a recuperação (ideológica) do espaço.

### MEMÓRIA TOPONÍMICA

#### *O espaço real e o espaço ficcional*

Quando o toponimista afirma trabalhar com o espaço real podemos encarar tal afirmação como digressão retórica, pois mesmo o que conhecemos como espaço “real” suscetível de análise toponímica é, na verdade, uma *representação* do real. Seja um mapa, uma carta geográfica ou topográfica, uma planta (representações iconográficas), seja um índice de topônimos, ou ainda fontes documentais

## LEITURA E ORALIDADE

utilizadas para coleta (narrações, documentos de datas de terras, testemunhos, literatura de viagem), o nome de lugar é uma representação operada por meio da língua, e não o lugar em si.

Quando o topônimo figura em uma obra ficcional pode-se afirmar que a escolha desse nome passou por crivo duplo, pois o autor cria um topônimo (ou o escolhe dentro de um paradigma já existente) com o objetivo deliberado de construir um determinado espaço na sua narrativa, de modo que se crie um efeito de realidade. No caso de *Memórias da Rua do Ouvidor* existe a recriação de um espaço real dentro da narrativa de Macedo: os topônimos e os fatos quase sempre coincidem com os relatos históricos sobre a cidade do Rio de Janeiro – até mesmo pelo caráter semi-informativo do folhetim – mas, muitas vezes, a explicação da motivação do nome é uma criação artística. Por isso, ao utilizar esse tipo de fonte para estudos toponímicos é necessário especificar *os objetivos* do pesquisador, pois é o que norteará a condução de seus estudos. Uma análise toponímica (ou seja, linguística, com contribuições da geografia, história, urbanismo etc.) priorizará o dado que possa ser abonado em outras fontes que não literárias; uma análise literária focará a criação do espaço desde um outro prisma que não necessariamente o histórico<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Dentre muitos outros onomasticistas que abordam a questão do nome na literatura citamos Nicolaisen (1984) que, apesar de focar o nome da personagem na narrativa, também aborda a questão do nome de lugar na literatura: "The onomastic device works successfully because it produces the intended degree of pseudo-historicity by proclaiming a past as true, (...) through the plausibility of narration. Naturally, this principle does not just apply to the names of characters in ballads but also to the names of ballad locations." (*O dispositivo onomástico funciona com sucesso porque produz o desejado grau de pseudo-historicidade ao proclamar um passado como real, (...) ao longo da plausibilidade da narrativa. Naturalmente, este princípio não se aplica somente a nomes de personagens em baladas [tipos de poemas musicados] mas também em nomes de lugares.*). Mesmo assim, o autor afirma que, sobretudo em literatura infantil e contos folclóricos, há preferência por nomes incomuns em pessoas, criados a partir de palavras comuns: "(...) half the folktales and a quarter of all folktale types do not contain any personal names at all (Hubrich-Messow 1981). If they do occur and are not in the "Will," "Tom," and "Jack" category, that is, if they are not naming types without individualizing them, their lexical meaning frequently refers to outward characteristics, like "Snow White," (...) and so on. In several of these instances, the name serves as a linguistic cloak that provides temporary disguise but hides the real identity. (*Metade dos contos folclóricos e um quarto de todos os tipos de contos não contém nenhum nome pessoal (Hubrich-Messow, 1981). Se ocorrem e não estão na categoria de um "Will," "Tom," e "Jack", ou seja, se não nomeiam tipos sem individualizá-los, seus significados lexicais frequentemente referem-se a características extrínsecas, como "Snow White" (Branca de Neve) (...) e muitos outros. Em muitos desses casos, o nome*

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

No início das *Memórias*, o autor traça de modo breve (mas divertido) um perfil do Rio de Janeiro colonial, então denominado vila de São Sebastião: poucas e isoladas casas, arruamentos que se formavam aos poucos (como seu objeto é a rua o autor desconsidera a formação inicial da cidade, com as lutas contra Villegagnon, as invasões dos tamoios e a conseqüente mudança do núcleo original, localizado na praia entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, para o morro do Castelo – então apenas “morro do Descanso”-, retratando o período imediatamente posterior da formação da vila), o comércio inicialmente relacionado à pesca, aos gêneros alimentícios; depois, no decorrer da narrativa, registra a alteração e a sofisticação da sociedade carioca, talvez metaforizada na própria Rua do Ouvidor.

O período colonial ali registrado encontra eco em vários historiadores reunidos e criticados por Serrão (1965) que, após situar a fundação da cidade por volta de primeiro de setembro de 1565, retrata-a por volta do ano de 1600:

(...) desde o ano de 1585, a cidade recebeu novos moradores e foi crescendo nos morros vizinhos ao Castelo e ao longo da praia; a parte baixa constituiu a zona inicial de comércio (...) (1965, p. 181).

(...) À medida que o núcleo povoado aumentava, de igual modo se formavam grandes chácaras a separar as terras dos colonos. Daí um aspecto pouco urbano, num largo enquadramento rural. Casas isoladas e casais destacavam-se na moldura da terra, numa composição um tanto irregular.

O diligente historiador [Vieira Fazenda, “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 86, v. 149, RJ, 1921, pp. 171 e ss.] conseguiu encontrar várias escrituras dos fins do século XVI, em que se faz referência a casas que se achavam em ruas de toponímia bem curiosa. Os locais tomavam o nome do primeiro morador ou de vários indivíduos ligados à mesma profissão<sup>19</sup>

---

*serve como uma capa linguística que proporciona um disfarce temporário, mas esconde a identidade real.” (Tradução livre da autora)*

<sup>19</sup> Diríamos, antes, uma toponímia nascida espontaneamente, mas não usaríamos o termo *curiosa*; é uma tendência das cidades apresentar por nomes de ruas os moradores mais antigos (ou ilustres), assim como a atividade comercial ali representada: Lisboa e Porto têm perfis semelhantes (o centro de Lisboa, perto do Castelo de São Jorge, apresenta ruas como a Rua dos Fanqueiros [comerciantes de tecidos de algodão, lã, linho, etc.], a Rua dos Bacalhoeiros, Travessa das Merceiras, Rua dos Sapateiros, Rua dos Correiros [fabricantes ou vendedores de correias e outras obras de couro]; o Porto igualmente apresenta a mesma tipologia de nomes: Rua dos Caldeiros [fabricantes ou vendedores de caldeiras e de outros utensílios de metal],

## LEITURA E ORALIDADE

e aí residentes: ruas de Aleixo Manuel, de André Dias, de Diogo de Brito, de Gonçalo Gonçalves (também chamada do Azeite de Peixe), de Chitando, do Açogue, dos Pescadores, etc. (...) (1965, p. 183)

Traçando o nascimento e desenvolvimento da Rua do Ouvidor Macedo trata, literariamente, de um aspecto importante para os estudos de toponímia: a perspectiva diacrônica. Para tal, parte da sincronia na narrativa, na qual se enquadra o topônimo dos fins do século XIX. Uma pesquisa em várias fontes documentais e cartográficas permite, na maior parte das vezes, recuperar as antigas denominações do local (às vezes mencionadas pelo autor), importantes para determinar momentos histórico-políticos marcantes para o grupo, a fixação de uma ou outra ideologia (sobretudo na microtoponímia); ou, ainda, resgatar transformações no traçado urbano não registradas em outras fontes. As *Memórias* apresentam esse movimento de recuperação, citando reiteradamente antigos nomes dos lugares.

Macedo denomina esse material de consulta, no âmbito de sua narrativa, de “velhos manuscritos”, talvez numa tentativa lúdica de dar autenticidade total ao que escreve; lúdica porque, apesar dos fatos e datas reais, o autor não está comprometido em fazer uma narrativa integralmente fidedigna, e seu folhetim parece cumprir uma função informativa de forma absolutamente livre ao conjugar fatos, locais, histórias e personagens reais com ficcionais.

Essa “licença poética” fica clara em vários momentos da narrativa, como neste comentário irônico sobre a alteração indiscriminada de nomes:

Em continuação de viagem o autor e os leitores destas Memórias entram pela Rua-do-Ouvidor acima no vasto mar imenso que se estende das quinas da Rua da Quitanda até à dos Ourives.

Mas de olhos voltados para trás ou com os olhos ainda fitos no ponto onde partimos a seguir viagem tomamos a liberdade de perguntar à

---

Rua dos Pelames [curtume; courama; tanque para curtir couros ou peles], Muro dos Bacalhoeiros, entre muitas outras), o que também ocorre com a maioria das cidades europeias. Ainda nesta linha, para provar que não é uma toponímia “curiosa”, mas apenas o modo espontâneo de se denominar por referência, cito o largo dos Padeiros na vila de Paranapiacaba, município de Santo André, SP, recentemente objeto de estudo por meus alunos de graduação (cf. bibliografia): o dito largo recebeu este nome por causa da atividade ali concentrada e desenvolvida no surgimento da vila, do mesmo modo que ocorre com as ruas citadas no Rio de Janeiro – não são topônimos curiosos, apenas espontâneos.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

ilustríssima Câmara, desde algum tempo maníaca crismadora de ruas, por que conserva essa denominação de Rua da Quitanda?...

Que espécie ou que diabo de quitanda há nessa rua tão destampatória, e desgraçadamente nomeada, que ainda no último século teve o seu primeiro quarteirão conhecido e, geralmente, chamado por nome obsceno, e só perdoável em heroicas desenvolturas da furiosa língua de Cambrone? (...)

Requeiro à ilustríssima que mude aquele nome para outro que a gente saiba o que significa.

Se quiser nome republicano eu lhe ofereço ou lembro um de dois:

Rua de João Mendes Viana, que foi Grão-Mestre da Maçonaria, republicano ostentoso e deputado, que aí teve casa de sua propriedade perto da quina da Rua Sete de Setembro.

Ou Rua de Cipriano Barata, deputado brasileiro na constituinte portuguesa, republicano, preso em 1824, e que saindo em 1829 da Presidência, foi morar por meses nessa casa do João Mendes, seu amigo.

Se proferir nome de monarquista constitucional, dou-lhe o mais simbólico.

Rua de Evaristo<sup>20</sup>, ou por já haver uma com essa denominação – Rua da Aurora Fluminense; porque Evaristo redigiu durante anos a sua Aurora, criou o partido monarquista constitucional puro, floresceu, glorificou-se enfim, morando e tendo a sua loja de livros nessa rua, quina da antiga dos Pescadores.

Eu iria ainda muito além, se não me lembrasse que não é pela Rua da Quitanda que devo viajar. (Macedo, 1954, p. 213)

Ou, ainda, logo no primeiro capítulo (1954, p. 20), quando o autor retrata o primeiro nome da Rua do Ouvidor:

Mas no ano de 1590 e sem intervenção nem audiência da Câmara Municipal, o Desvio-do-Mar por acordo geral dos colonos subiu ao grau honorífico de rua urbana com o nome de Aleixo Manoel.

Tal foi a primeira denominação que recebeu, deixando de chamar-se – Desvio – a rua, cujas Memórias escrevo, Aleixo Manoel! nome masculino, feio, ingrato, peão sem raiz de fidalguia, nem carta de nobreza.

---

<sup>20</sup> Evaristo Ferreira da Veiga e Barros ou simplesmente Evaristo da Veiga, poeta, jornalista, político e livreiro, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 8 de outubro de 1799, e faleceu na mesma cidade, em 12 de maio de 1837. É o patrono da Cadeira n. 10 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Rui Barbosa. Em 1827 fundou, com seu irmão, o jornal *A Aurora Fluminense*. Brasil Gerson (2000, p. 69) corrobora a informação, dizendo que a esquina da Rua da Quitanda fervilhava politicamente pela presença do jornal de Evaristo.

## LEITURA E ORALIDADE

Procurei nas crônicas do tempo, e nas obras de Monsenhor Pizarro e de Baltazar da Silva Lisboa algum Aleixo Manoel que tivesse deixado nome na história; mas foi trabalho baldado, não encontrei entre os fidalgos da nascente colônia esse positivo e irrecusável avô da atual Rua-do-Ouvidor; não há, porém, meio de dissimular o parentesco, porque em livros que escaparam ao incêndio do arquivo da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro em 1791 se acha escrita e mencionada a tal denominação de Rua-de-Aleixo-Manoel.

(...)

*Para casos de aperto como este, o memorista, que se reserva direitos confessos de imaginação, deve ter sempre velhos manuscritos ricos de tradições que expliquem o que se ignora.*

*Não exijo dos meus leitores que tenham por incontestável a tradição que apanhei nos meus velhos manuscritos. Liberdade ampla de aceitá-la ou não.*

Aleixo Manoel, colono português, era cirurgião e também barbeiro, mas barbeiro só de fidalgos; morava no monte de S. Januário perto do colégio dos padres jesuítas; como porém poucos doentes tivesse, e ainda menos fidalgos a barbear, lembrou-se um dia de procurar fortuna, explorando a guerra. (grifo meu)

Confrontando-se o que diz Macedo com o historiador Brasil Gerson, temos a seguinte informação sobre a rua (do) Aleixo Manuel:

"Muito lhe faltava ainda para merecer o nome de rua, que nem toda a gente lhe dava, dizendo simplesmente: 'Para as bandas do Aleixo Manuel.' Teria então meia dúzia de casas: o mais eram cercas e quintais..."

Esse Aleixo Manuel, o Velho, foi um dos mais abastados habitantes da cidade, logo após a sua fundação no Castelo, em 1567. Pai de muitos filhos e tio de muitos sobrinhos, foi também Juiz Ordinário e Vereador do Conselho, e as terras que possuía se estendiam pelas vizinhanças da rua a que dava o nome, na orla praieira, até além de S. Pedro. Antes ainda de 1590, erigiu, com sua mulher, uma pequena ermida dedicada à N. S. da Conceição no alto do S. Bento (...).

Nessas suas terras, cortadas por um caminho conhecido por "desvio do mar", Aleixo Manuel instalou-se com uma chácara, por ter de dar de comer a muitas bocas, e aí está por que o "desvio do mar" pouco a pouco se foi transformando no caminho e depois na Rua do Aleixo Manuel, que outros nomes também teve, à proporção que avançava para os lados de S. Francisco de Paula: Canto dos Meirinhos (à altura de Quitanda); Canto do Lucas do Couto, que era vereador, ambos nela residentes, e ainda Rua do Gadelha, do Barbalho, da Santa Cruz ou da Cruz, simplesmente, quando na esquina da Direita, hoje la de Março, sobre as ruínas de um fortim, se construiu, ou, melhor, se reconstruiu a capela que veio a ser a Igreja da Cruz dos Militares."

Ou seja, ainda que se possa reconstruir o espaço real a partir do espaço ficcional, é absolutamente necessário o confronto com outras fontes documentais complementares caso o objetivo do estudo onomástico seja linguístico, e não exclusivamente literário. No caso da Rua de Aleixo Manuel, fica claro que a história de seus amores com a mulata Inês assim como as peripécias de seu casamento são fruto da inventividade do autor, conforme por ele anunciado no último trecho grifado. E assim Haddad (1954, p. 6-7) define essa liberdade de unir realidade e fantasia:

Folhetim, *literatura para jornal*. Daí advém alguns dos seus primaciais atributos, o primeiro a referir, o da imponderável leveza, por vezes capaz de resvalar para a levandade. É enorme o esforço que Macedo faz no sentido de evitar que por qualquer momento a narrativa resvale para o maçante e o duro. Quando o relato mais aparenta entrar pelo terreno da árida narrativa histórica, Macedo foge por um desvão de fantasia, no afã de fazer que a exposição não abandone jamais a costumeira atmosfera hedonística habitual.

### *As ruas do rio antigo: memórias*

Vejam agora a relação de topônimos que constituíam o centro velho do Rio no fim do século XIX, segundo Joaquim Manuel de Macedo, para verificarmos, em seguida, se a memória levantada pelo autor coincide com a memória real do lugar, sobretudo no concernente às denominações anteriores dos logradouros. Como o trabalho não é exaustivo, traçaremos apenas alguns comentários para proceder às considerações finais.

Para facilitar a visualização dos dados, elaboramos a seguinte tabela:

Nome atual	Nome citado pelo autor (séc. XIX)	Nome anterior ou outras denominações
Rua do Ouvidor	Rua do Ouvidor	Desvio (ou Desvio do Mar); Rua de Aleixo Manuel; Rua do Padre Homem da Costa
Rua Gonçalves Dias	Rua Gonçalves Dias	Rua dos Latoeiros
Rua (da) Uruguaiana	Rua (da) Uruguaiana	Rua da Vala
Rua Sete de Setembro	Rua Sete de Setembro	Rua do Cano
Rua Primeiro de Março	Rua de Primeiro de Março	Antiga Direita; Ex-Direita
Beco das Cancelas	Beco ou travessa das Cancelas	-
Largo de São Francisco	Praça de S. Francisco	Largo de S. Francisco
Praça XV	Praça D. Pedro II	Lugar do Ferreiro da Polé, Praça

## LEITURA E ORALIDADE

		do Carmo, Terreiro do Paço, Largo do Paço
		Largo da Sé Nova
Rua do Carmo	Rua do Carmo	Rua Detrás do Carmo
Rua da Quitanda	Rua da Quitanda	Quitanda das Cabanas
Rua da Assembleia	Rua da Cadeia	
Rua Visconde de Inhaúma	Rua do Visconde de Inhaúma	Rua dos Pescadores
Rua da Alfândega	Rua da Alfândega	-
Rua dos Andradas	Rua dos Andradas	Rua do Fogo
Rua Buenos Aires	Rua do Hospício	-
Largo S. Francisco de Paula	Largo S. Francisco de Paula	-
Av. Marechal Floriano	Rua de São Joaquim	-
Rua dos Ourives	Rua dos Ourives	-
Rua dos Ourives	Rua Nova do Ouvidor	-
Rua da Carioca	vala da Carioca /fonte da Carioca	-
Largo da Carioca	/chafariz da Carioca	

Tabela 1. Relação de alguns topônimos apresentados nas *Memórias da Rua do Ouvidor* (denominação “atual” e antiga)

A tabela apresenta, na primeira coluna (matizada em cinza), a atual denominação dos logradouros que constam nas *Memórias*, e apenas as duas colunas restantes apresentam topônimos relacionados na obra<sup>21</sup>. Os espaços não preenchidos revelam que o autor não citou a denominação anterior.

A memória toponímica revelada nas *Memórias* de Macedo nos conduz a um momento anterior da reformulação urbana no centro do Rio, ocasionado pela abertura de duas grandes avenidas: a Av. Rio Branco e a Av. Presidente Vargas. Praticamente todas as denominações anteriores são abonadas em livros de história, exceto as que são apresentadas pelo autor como relacionadas às histórias por ele contadas, como *Rua do Lobisomem*, *Rua do Ajudante Oficial de Sala* e *Rua do Amotinado* – pelo menos, não consta de nenhuma das denominações anteriores da Rua do Ouvidor que tenham sido citadas em livros de história. Segundo Macedo, a Rua do Ouvidor “escapou” de ter estes nomes, que estariam relacionados a “lendas” por ele narradas.

<sup>21</sup> Como o objetivo deste trabalho não é quantificar ou efetivar uma análise quantitativa dos topônimos, não relacionamos a frequência dos logradouros. Além disso, como já se mencionou, *Memórias* nasceu como um folhetim e, por isso, os topônimos são constantemente retomados.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

O que se percebe, no percurso de narração da formação da Rua do Ouvidor, é um movimento comum à formação espontânea de arruamentos – obviamente, não o afirmamos do ponto de vista da urbanização, mas da perspectiva toponímica. Quando nasce, a rua não é mais que um caminho que une dois pontos um ao outro, citados referencialmente pelos usuários a fim de identificar com exatidão o local (Brasil Gerson, 2000, p. 7):

A da Misericórdia e a 1º de Março (antiga Rua Direita), seu prolongamento natural, aparecem, nesse particular, como uma exceção, mesmo porque delas precisavam os colonizadores como uma ligação entre o Morro do Castelo e o de S. Bento onde se haviam instalado os frades beneditinos. E por isso tiveram nomes comuns no começo, como estes, por exemplo: *Direita indo de S. José para a Misericórdia, Direita do Carmo para S. Bento, Direita vindo de S. Bento para a Misericórdia etc.* (...). (Grifo meu)

Tal como Brasil Gerson o afirma (2000, p. 26), “*Há ruas e largos e praças com tanta história que bastaria contá-las nos seus variados detalhes para se estar contando, simultaneamente, a própria história das cidades a que pertencem*”. Pelo que podemos averiguar, pode-se traçar uma tipologia para o nascimento da denominação espontânea verificada frequentemente no âmbito da narrativa e coincidente com o espaço real da cidade em seus primeiros anos: nomes de ruas designando os moradores, ou pontos de referência, atividades comerciais, ou, ainda, os referenciais que uniam, alocados no princípio e fim dos caminhos, como na última citação destacada em negrito.

Citamos como exemplo das tipologias mencionadas os moradores Aleixo Manuel (Rua de Aleixo Manuel), antigo morador da atual Rua do Ouvidor; Antonio Vaz Viçoso, morador da atual Rua S. Pedro, então Rua de Antonio Vaz, pelos idos de 1620 ou 1630, e tantos outros. Os pontos de referência também originam nomes de ruas (Rua Detrás do Hospício, mais tarde Rua do Hospício; Rua do Carmo, pela presença da igreja da Ordem Terceira do Carmo; Rua da Cadeia, Rua da Vala). Outra motivação comum espontânea é a que refere o tipo de atividade comercial que se desenvolve no local (nas *Memórias* temos a Rua dos Latoeiros – atual Gonçalves Dias, a dos Ourives, a Rua do Azeite). Indicando o princípio ou o fim do caminho temos os já mencionados exemplos *Direita indo de S. José para*

## LEITURA E ORALIDADE

a Misericórdia, Direita do Carmo para S. Bento, Direita vindo de S. Bento para a Misericórdia.

Percebe-se que a denominação espontânea por referencialidade tende a ser flutuante, uma vez que está condicionada ao elemento referencial; não obstante, a prática revela que a memória toponímica guarda, por toda uma geração, uma denominação substituída por outra seja pela simples doação de um novo nome ou ainda pela presença de um novo referencial, o que conduz à geração espontânea de um novo nome.

Por outro lado, um fenômeno toponímico que fica bem ilustrado com o topônimo *Carioca* é a translação toponímica, que é a irradiação de um topônimo ou, ainda, o aproveitamento de um único elemento referencial muito marcante para denominar vários elementos da região: rio Carioca, que depois denomina o chafariz da carioca, a vala da Carioca, o chafariz da Carioca e, ainda, a Rua da Carioca.

Por último destacamos uma tendência já enunciada inicialmente, quando mencionamos a ironia do autor sobre a conveniência política de se dar nomes a ruas: a substituição de uma nomenclatura espontânea por outra determinada por órgãos públicos<sup>22</sup>, ainda que sob o título de homenagem: é o caso da Rua Gonçalves Dias. A Rua do Ouvidor, em sua forma atual, seria um caso de resistência pública às intenções políticas, segundo Gerson (2000, p. 42):

---

<sup>22</sup> A substituição de um topônimo sempre gera muita resistência por parte da população, e dificilmente o novo nome é completamente assimilado antes que toda uma nova geração se forme. É assim que o nome anterior, outrora oficial, passa a persistir apenas na memória dos mais velhos sob a forma de um topônimo paralelo. Brasil Gerson conta-nos uma história ocorrida nas ruas centrais cariocas que ilustra bem nossa afirmação: "Ai pelos anos 30 deste século, se tanto, perguntou um senhor tranquilo, algo idoso, a um moço apressado, diante do *Jornal do Comércio*:

- O Tabelião Leal de Sousa fica na parte de baixo ou de cima, ali, da Rua do Hospício?

-Rua do Hospício aqui no centro? Só podia ser em lugar de hospício, lá para Jacarepaguá...

E então o senhor tranquilo explicou ao moço apressado que Rua do Hospício continuaria a chamar-se, para ele, sempre e sempre, a velha rua a que tinham dado em 1915 o nome de Buenos Aires, e que o fato de ter sido do Hospício não queria dizer, necessariamente, que nela tivesse existido uma casa para cuidar de loucos, apenas, mesmo porque, em bom português antigo, pelo menos, hospício era, além de albergue, o mesmo que hospital..." (2000, p. 53).

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

E foi quando seus nomes antigos começaram a ser esquecidos para que um novo – Rua do Ouvidor – se impusesse e se perpetuasse, apesar de mais tarde em 1897 ter o governo insistido, e até 1916, que fosse do Coronel Moreira César, morto como comandante da primeira expedição contra Antonio Conselheiro em Canudos.

A propósito, vale a pena recordar-se aqui o episódio vivido por Arthur Neiva numa de suas viagens, Conversava ele com um australiano sobre o Brasil, e como este se queixasse da diferença tremenda entre o falar-se e o escrever-se a nossa língua, disse:

– Cite-me então um exemplo disso, pois me parece que o senhor exagera...

– Pois no Rio de Janeiro o nome da rua principal, escrito nas placas, é Moreira César: aqui está nos meus apontamentos. Mas para todos os brasileiros a sua pronúncia é Rua do Ouvidor...

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar o assunto, creio que a intenção é apenas ventilar uma hipótese de trabalho, alargando as perspectivas de estudos onomásticos. Não se tenta, em momento algum, interpretação literária; seria necessário, ainda, efetivar um cotejo mais demorado em fontes cartográficas para melhor explorar o assunto. Contudo, fica demonstrado que a toponímia, enquanto disciplina científica, possui interface com várias outras disciplinas e áreas do conhecimento, e aqui exploramos essa intersecção a partir de uma fonte inusitada, um documento literário semi-ficcional que, se devidamente cotejado com documentos históricos, pode fornecer subsídios para a reconstrução da memória toponímica do centro velho do Rio, reconstrução que pode corroborar para que se trace paralelos com outras cidades brasileiras nascidas no primeiro período do Brasil Colônia.

## LEITURA E ORALIDADE

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHINHOS, P. J. Antroponímia: Um velho caminho, um novo instrumental de análise linguístico-literária. *Revista Álvares Penteado*, São Paulo, vol. 4, nº 8, 2002, p. 115-135.

CARVALHO, Breylla C.; HADID, Marcos P.; RIBEIRO, Melanie F.; SILVA, Carlos Henrique; SILVA, Daniel M. de A. *Valorização turística do distrito de Paranapiacaba – Santo André*. Trabalho apresentado como parte de avaliação final para a disciplina Toponímia Geral e do Brasil I, sob a orientação da Profª Drª Patrícia de J. Carvalhinhos. FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

DICK, M. V. P. A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2ª ed. São Paulo: FFLCH-USP, 1990.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª ed. remodelada e definitiva, Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1983.

MACEDO, J. Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1952.

———. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Edição revista e anotada por Gastão Penalva e prefaciada por Astrojildo Pereira. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1942.

NICOLAISEN, W. F. H. Names and Narratives. *The Journal of American Folklore*, Vol. 97, Nº 385 (jul.-sep., 1984), p. 259-272.

SALES, A. C. Entre o Jornalismo e a Literatura: a Belle Époque e o New Journalism no Brasil. *Communicare*. Revista do Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Faculdade Casper Líbero, São Paulo. V. 6 (1), 2006, p. 77-95.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Estudo histórico. Lisboa: Ed. da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.

SUZUKI, Júlio César. O espaço na narrativa: uma leitura do conto “Preciosidade”. *Revista do Departamento de Geografia*, nº 19, São Paulo: USP, 2006, p. 54-67. Disponível em

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG\\_19/06-O\\_espaco\\_na\\_narrativa.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_19/06-O_espaco_na_narrativa.pdf), último acesso em 27 jul. 2008.